

BIOGRAFIA DE JOAQUIM NABUCO

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em 19 de agosto de 1849, em um velho sobrado na Rua do Aterro da Boa Vista (atual Rua da Imperatriz Tereza Cristina), filho do futuro senador José Tomás Nabuco de Araújo e de sua esposa, Ana Benigna de Sá Barreto. Era um rebento de estirpe ilustre, de vez que os Nabucos de Araújo eram uma influente família baiana que dava senadores ao Império desde o Primeiro Reinado, e os Paes Barreto se constituíam em uma família de grande influência em Pernambuco, desde o século XVI, estando a ela vinculado Francisco Paes Barreto, último morgado do Cabo e marquês do Recife.

Foi batizado em dezembro do mesmo ano no Cabo de Santo Agostinho, tendo como padrinhos os senhores do Engenho Massangana, Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e dona Ana Rosa Falcão de Carvalho. Esta madrinha teria uma grande influência na sua formação, pois ainda muito jovem ficou sob seus cuidados quando os pais viajaram para a Corte. Em Massangana ele passou a infância, até a morte da madrinha, tendo contato direto com a escravidão, podendo compreender a sua crueldade e o mal que fazia ao país.

Em 1857, com a morte de dona Ana Rosa, transferiu-se para a residência dos pais, no Rio de Janeiro, onde realizou os estudos de nível primário e secundário, este último feito na cidade de Nova Friburgo, em colégio dirigido pelo famoso barão de Tauthphoeus.

Em 1866, começou a estudar Direito na Faculdade de São Paulo, destacando-se entre os colegas, como orador. Assim, em 2 de abril de 1868, foi o orador que saudou José Bonifácio, o moço, quando este regressou à sua cidade, após perder o lugar de ministro, com a queda do Gabinete Zacarias.

Transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, em 1869, onde se aproximou dos seus parentes maternos e de amigos; escreveu *A escravidão*, que permaneceu inédito até 1988, quando foi publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, e escandalizou a elite local, por defender, em um júri, um escravo negro que assassinara o seu senhor.

Foi diplomado no Recife em Ciências Sociais e Jurídicas, em 1870. Após a formatura retornou ao Rio, tentando advocacia - o pai tinha um excelente escritório - e iniciando-se no jornalismo em *A Reforma*, defendendo princípios monárquicos.

Publicou o seu primeiro livro *Camões e os Lusíadas*, em 1872, com 294 páginas. Anteriormente publicara dois opúsculos: *O gigante da Polônia*, em 1864, e *O povo e o trono*, em 1869; publicou ainda, neste ano, outro trabalho *Le droit du meurtre*, em homenagem a Renan, que exercia grande influência no seu espírito.

Ainda em 1872, com o dinheiro obtido com a venda do Engenho Serraria, herdado de sua madrinha, passou um ano na Europa, viajando, fazendo contatos com intelectuais e políticos e se preparando para o futuro.

Seu primeiro cargo público veio em 1876, o de adido de legação nos Estados Unidos, cargo que lhe proporcionou um melhor conhecimento do país, onde na velhice seria embaixador, contatos e estudos em Nova Iorque (onde viveu a maior parte do tempo) e em Washington.

Foi eleito, em 1878, graças ao apoio do Barão de Vila Bela, deputado geral pela província de Pernambuco, passando no ano seguinte a participar do parlamento, com destaque, em face da sua origem, ao valor de sua oratória e da independência frente ao governo Sinimbu, do seu próprio partido. Ele, ao lado de outros jovens deputados, iniciou então a campanha contra a escravidão, em favor da abolição da escravatura. Nessa legislatura Nabuco combateu um projeto de exploração do Xingu, defendendo os direitos dos indígenas (1deg. de abril) e criticou o envio de uma missão governamental à China, visando estimular à migração de chineses que deveriam substituir os escravos nas fainas agrícolas. Nabuco verberou este projeto que classificou de tentativa de "mongolização do país".

No ano de 1880, participou da comemoração do terceiro centenário de Camões, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Nabuco sido o orador oficial, realizando brilhante discurso. Ainda nesse ano, organizou e instalou em sua residência a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, desafiando a elite conservadora da época, que considerava a escravidão uma instituição indispensável ao desenvolvimento do Brasil. Assim ele aprofundou as divergências com o seu partido, o Liberal, e inviabilizou a sua reeleição.

Foi derrotado nas eleições de 1882 para a Câmara dos Deputados, quando disputou um lugar pela Corte, como representante dos abolicionistas, partiu para a Europa, para o que chamou de exílio voluntário. Em Londres viveu como advogado e jornalista (representante do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro) e escreveu um dos seus principais livros, *O abolicionismo*, publicado em 1884.

No ano de 1884 ainda, realizou a campanha para a eleição, por Pernambuco, à Câmara dos Deputados, defendendo ao lado de José Mariano, a causa do abolicionismo. Seus discursos e conferências foram reunidos no livro *A campanha abolicionista*, publicado em 1885, onde defendeu idéias bastante avançadas. Vitorioso sobre o candidato conservador, Machado Portela, foi, entretanto expurgado pela Câmara.

Em 1885, O expurgo de Nabuco causou a maior revolta em Pernambuco, e o 5º Distrito, por decisão dos chefes liberais Ermírio Coutinho e Joaquim Francisco de Melo Cavalcanti, que renunciaram a disputa da vaga de deputado, elegeram Joaquim Nabuco para a Câmara. O 5º Distrito era formado pelos municípios de Nazaré e Bom Jardim.

A atuação de Nabuco na Câmara dos Deputados, defendendo o Gabinete Dantas e o seu projeto de libertação dos sexagenários, apesar de considerá-lo

muito moderado. Em seguida à queda de Dantas, ele atacou as modificações feitas ao projeto pelo novo presidente do Conselho, J. A. Saraiva, que seria transformado em lei pelo Gabinete Cotejipe, a 28 de setembro.

Nabuco apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei em favor da federação das províncias, tentando concretizar velha aspiração regionalista brasileira.

Em 1886, foi derrotado em eleição para a Câmara dos deputados ao tentar eleger-se pelo Recife. Dedicou-se ao jornalismo escrevendo uma série de opúsculos, em que identificou a Monarquia com a escravidão e fez sérias críticas ao governo. Estes opúsculos se intitulavam *O erro do Imperador*, *O Eclipse do Abolicionismo* e *Eleições liberais e eleições conservadoras*, publicados em 1886.

Em 1887, derrotou Machado Portela em eleição memorável no Recife, quando este, ministro do Império, tentava confirmar o seu mandato, voltando à Câmara para concluir o seu apostolado em favor da abolição.

Em 10 de fevereiro de 1888, em audiência particular com o papa Leão XIII, relatou a luta pelo abolicionismo no Brasil, tendo possivelmente influenciado o grande pontífice na elaboração de uma encíclica contra a escravidão.

No ano de 1888, o Gabinete João Alfredo assume o governo com o propósito deliberado de abolir a escravatura no Brasil. Nabuco, apesar de o Gabinete ser conservador, o apoiou e deu uma grande contribuição à aprovação da Lei Áurea. Em seguida, quando os ressentidos com a abolição se lançaram contra João Alfredo, Nabuco veio em sua defesa, realizando, a 22 de maio de 1889, um dos seus mais memoráveis discursos na Câmara dos Deputados.

Casou-se em 28 de abril de 1889 com Evelina Torres Soares Ribeiro, filha do barão de Inhoã e fazendeiro em Maricá, na então província do Rio de Janeiro.

Em agosto do mesmo ano, foi eleito deputado por Pernambuco, para a última legislatura do Império, sem ir ao Recife e sem solicitar o apoio do eleitorado. Começava a se desiludir dos processos políticos no país e temia pela queda da Monarquia, a quem era fiel, embora procurasse liberalizá-la e não poupasse críticas à instituição e ao próprio Imperador.

Com a Proclamação da República, o posicionamento de Nabuco em favor da Monarquia, fez com que recusasse inclusive, apesar de solicitado, a postular uma cadeira na Assembléia Constituinte de 1891. Justificou sua posição no opúsculo *Por que sou monarquista*.

Em junho de 1891 surgiu o Jornal do Brasil, fundado por Rodolfo Dantas, com a finalidade de bem informar a população e de defender, de forma moderada, a restauração da Monarquia. Nabuco, convidado, tornou-se colaborador desse jornal. Naquela ocasião, lutando pela vida, voltou à advocacia, abrindo escritório em sociedade com o conselheiro João Alfredo. Não foram bem sucedidos na profissão e um ano depois fecharam o escritório.

Viajou à Inglaterra com a família em 1892, lá permanecendo por alguns anos. Fazendo um balanço de sua vida, voltou à Igreja Católica, que havia abandonado na juventude, passando a frequentar as cerimônias religiosas e se confessando, em 28 de maio, na Capela de Nossa Senhora das Dores. Sua comunhão só seria feita no Rio de Janeiro a 22 de dezembro do mesmo ano. O livro *Minha Fé*, publicado em 1986 pela Fundação Joaquim Nabuco, relata o processo de conversão do ilustre estadista.

Em 1895, no auge das disputas entre monarquistas e republicanos escreveu um opúsculo, *O dever dos monarquistas*, em resposta a outro escrito pelo almirante Jaceguai, favorável ao novo regime intitulado *O dever do momento*.

Em 12 de janeiro de 1896, foi publicado no *Jornal do Commercio* um manifesto do Partido Monarquista, recém-fundado, tendo como signatários, além de Nabuco, os conselheiros João Alfredo, Lafaiete Pereira, o visconde de Ouro Preto, Afonso Celso e outros.

O período entre 1893 e 1899 foi de intensa atividade intelectual para Nabuco. Não aceitando os cargos nem encargos da República, Nabuco dedicou-se às letras, escrevendo livros e artigos para jornais e revistas. Alguns livros foram escritos inicialmente para publicação de seus capítulos, como artigos, nos jornais e na *Revista do Brasil*. Estes livros, quase sempre de comentários políticos, foram *Balmaceda* (publicado em 1895) sobre a guerra civil no Chile e *A intervenção estrangeira na Revolta de 1893* (publicado em 1896) onde, além de analisar o desenrolar da luta, faz confronto entre Saldanha da Gama, maior líder da Revolta, e Floriano Peixoto, que encarnava a legalidade. Também deste período é *Um estadista do Império* (1896), seu principal livro, em que analisa a vida do senador Nabuco de Araújo e a vida política, econômica e social do país durante a atuação do mesmo. Ainda desta época é o seu livro de memórias, intitulado *Minha formação*, publicado parcialmente na imprensa e reunido em livro em 1900.

Participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, em 1896, que teve Machado de Assis como seu primeiro presidente e Nabuco como secretário perpétuo. Em janeiro de 1896, ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A morte de Sousa Correia, ministro brasileiro na Inglaterra, em março de 1900, provocou o convite do gabinete do governo para que Nabuco aceitasse este lugar, passando a ser funcionário da República. Nabuco inicialmente aceitou ser "plenipotenciário em missão especial" deixando a chefia da legação com o encarregado de negócios. Tornou-se, finalmente, funcionário da República em agosto do mesmo ano.

Em 1903, publicou-se em Paris o livro *O direito do Brasil* (primeira parte) em que analisou as razões do Brasil na contenda com a Inglaterra a respeito de uma área territorial fronteira com a Guiana Inglesa.

Em 1905, foi criada a Embaixada do Brasil em Washington, Nabuco foi nomeado embaixador do Brasil, apresentando suas credenciais ao presidente Teodoro Roosevelt, a 25 de maio. Como embaixador em Washington ligou-se

14ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – FACEPE/CNPq:

JOAQUIM NABUCO E A LUTA PELA CIDADANIA

Recife, 28 a 30 de junho de 2010.

muito ao governo norte-americano e defendeu uma política pan-americana, baseada na doutrina de Monroe. Também viajou bastante pelos Estados Unidos e proferiu dezenas de conferências em universidades americanas.

Organizou a III Conferência Pan-americana, realizada no Rio de Janeiro, em 1906, com a presença do Secretário de Estado dos Estados Unidos.

Faleceu em 17 de janeiro de 1910, em Washington, como embaixador, após um longo período de doença.